

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-9>

POR UM LUGAR NA GALERIA DAS RAÇAS: O imigrante árabe em São José do Rio Preto (SP) no início do século XX

*Henry Marcelo Martins da Silva**

RESUMO: O presente texto visa analisar a trajetória da inserção social da colônia árabe de São José do Rio Preto-SP no início do século XX, no contexto do turbilhão de transformações urbanas promovidas pelo complexo cafeeiro. Após um período marcado por intensas perseguições que culminaram na tentativa de coerção da fala do árabe pelo legislativo do município em meados da década de 1900, o elemento “syrio” empreendeu um característico e bem sucedido projeto de inserção social, que culminou, na década de 1920, no reconhecimento e na admiração de toda a comunidade. A partir de fontes impressas de época, tais como jornais e almanaques locais, o trabalho busca apreender as dificuldades e as estratégias do grupo, bem como os resultados de um processo de inserção social que, embora tenha sido vitorioso, foi marcado por diversos conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração árabe. Urbanização. Imprensa.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the trajectory of social integration of the Arab colony of Sao Jose do Rio Preto in the early twentieth century, in the context of the slipstream of urban transformations promoted by the coffee complex. After a period marked by intense persecution that culminated in the attempted coercion speech Arabic by the legislature of the city in the mid 1900's, the “syrio” element undertakes a distinctive and successful project of social inclusion, which culminated in the 1920s, the recognition and admiration of the whole community. From printed sources such time as local newspapers and almanacs, the work attempts to grasp the difficulties and group strategies and the results of a process of social inclusion, although it was victorious, was marked by many conflicts.

KEYWORDS: Arab immigration. Urbanization. Press.

Introdução

São José do Rio Preto localiza-se ao norte do Estado de São Paulo, numa região que, à época de sua fundação, em meados do século XIX, era conhecida como Sertões de Araraquara. Até a primeira década do século passado, a cidade apresentava baixíssimos índices populacionais, tendo sua população composta por pequenos agricultores e comerciantes, que se empenhavam em vender sua produção nas cidades maiores mais próximas, como Araraquara e Jaboticabal, que já contavam com ferrovia, ou ainda exportar para o oeste, em direção às regiões limítrofes de Mato Grosso.

No entanto, a partir da década de 1910 a região passou a contar com o transporte ferroviário e a observar um intenso processo de desenvolvimento. Em 1912, a Estrada de Ferro Araraquara iniciou o tráfego na estação local, momento a partir do qual a cidade passou a observar uma intensa transformação dos antigos padrões urbanos, ao passo em que a

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Sociedade (Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq). E-mail: henrymmsilva@gmail.com

antiga vila se tornava a capital da maior zona produtora de café do Estado na década de 1930: a Araraquarense.

Naquele processo, São José do Rio Preto transformava-se em um dos grandes polos de atração de mão de obra imigrante de São Paulo, e, em pouco tempo, um “mar” de estrangeiros invadia a pequena vila, que, já nas primeiras décadas do século, abrigava as maiores colônias espanhola, italiana e árabe daquela parcela do território paulista. Ligados não apenas às atividades agrícolas, mas também a diversos empreendimentos no meio urbano, os imigrantes inseriam-se efetivamente na sociedade local, e, já na década de 1920, estavam entre os maiores comerciantes e produtores rurais da cidade.

Daqueles que rumaram para a crescente vila sertaneja, destacam-se os de origem árabe, porque, além de sua importante presença na sociedade local, foram protagonistas de um dos episódios mais burlescos da história rio-pretense: a tentativa, por parte do legislativo, de coerção da fala árabe na cidade.

No entanto, empreendendo um bem sucedido projeto de inserção social, em pouco tempo a colônia inseriu-se definitivamente na sociedade local, tomando parte das principais atividades e empreendimentos do período, de modo a alcançar, conforme as palavras de um intelectual árabe do período, um lugar no “rol dos sulamericanos”. O ponto de partida para a análise da trajetória do elemento árabe na cidade é a *Indicação à Câmara*, do vereador Porfírio Pimentel, de 1906, que reproduzimos abaixo:

Indicação.

A bem popular e bem do governo municipal desta cidade:

1.^o) Todos os negociantes árabes e turcos desta cidade não poderão continuar no comércio deste município sem Ter um goarda livro esse que seja Brasileiro dentro do Prazo de 30 dias depois de avisado no fim dos 30 dias os que não tiver o goarda livro ô Escripturario Brasileiro, incorra na multa de 50\$000 e não poderá negociar.

2.^o) Todos os Turcos que fallar na lingua turca perto de um Brasileiro por cada vez que fallar multa de 10\$000 paga na bocca do cofre municipal. Todo o brasileiro que ouvir elles falando e não der parte ao fiscal multa de 10\$000. Saude e fraternidade.

Paço Municipal, 3 de Julho de 1906.

P.P. (SILVA, 1919, p. 14).

A controversa indicação do vereador é bem conhecida dos rio-pretenses, principalmente a partir de sua publicação no *Álbum de 1919*, sendo constantemente lembrada por estudiosos e pesquisadores da cidade, ou ainda por aqueles dedicados ao tema da imigração árabe.⁹¹ O episódio foi utilizado de maneiras distintas pelos diversos autores, servindo para uns como exemplo de perseverança e superação dos membros da colônia, que já demonstravam ser importantes em meio aos demais comerciantes da cidade na época de publicação do *Álbum*, e que, já em 1906, data da *Indicação* de Pimentel, mereciam atenção dos políticos e comerciantes mais antigos.

Para outros, ainda, a *Indicação* do vereador demonstrou a dificuldade enfrentada pelos imigrantes advindas das diferenças culturais, principalmente em relação a sua língua natal, em tudo diferente do português, sendo também, em comparação com as línguas faladas por outros grupos imigrantes presentes na cidade, como os italianos e espanhóis, bem mais “estranha” aos ouvidos dos brasileiros.

A análise dos padrões migratórios do contingente árabe no Brasil demonstra que em tudo diferem dos outros grupos estrangeiros que rumaram para o país. Diferente, em primeiro lugar, pelos motivos que os levaram a atravessar o oceano, que, além do impulso econômico, tinha importantes relações com a fuga das pressões e desmandos dos turcos, existindo

⁹¹ Podemos citar Truzzi (1997); Silva (2009); Arantes e Zanirato (2000).

também diferenças na viagem, que era paga do próprio bolso, ao contrário da grande maioria que obtinha subsídio. E, no que se refere à ocupação em terras brasileiras, esta se deu quase sempre em núcleos urbanos e ligados ao ramo do comércio, e quase nunca como colonos em fazendas de café.

Entendemos, portanto, baseados principalmente nas diferenças entre as etnias, que o elemento árabe, dentre todos os imigrantes, foi o que enfrentou as maiores dificuldades de adaptação e inserção social, pelo menos entre os estrangeiros de maior presença em São Paulo. E tal situação não foi diferente da enfrentada pelos “turcos” na Rio Preto do começo do século XX, como demonstra a famosa *Indicação* de 1906.

Além disso, foram várias as demonstrações de preconceitos culturais e perseguições dos comerciantes previamente estabelecidos, principalmente no início do século, sempre amparados pelos *donos do poder* da cidade, vereadores, polícia, fiscais etc.

No entanto, se avançarmos um pouco mais no tempo, alcançando a década de 1920, apenas dez ou quinze anos depois da tentativa de proibição da fala do árabe na cidade, que felizmente não prosperou, encontramos a colônia em situação totalmente diversa daquela do início do século, que havia motivado tamanhas perseguições. O elemento árabe figurava então entre os maiores e mais influentes grupos econômicos locais, ligados tanto ao comércio urbano quanto à produção cafeeira, à Associação Comercial, além de também estarem ligados aos grandes projetos de benemerência e atividades culturais da época. Eram não apenas aceitos, mas também admirados pelos riopretenses de então.

Em 1929, no *Álbum da Comarca*, como que em comemoração a uma trajetória vitoriosa, a colônia árabe encontrava-se em destaque na *Galeria das Raças*, ao lado de outros grandes nomes e personalidades locais, tendo ressaltadas as suas qualidades e serviços prestados à comunidade. Não havia dúvidas de que, naquele momento, os outrora “estranhos” “syrrios” figuravam na elite de São José do Rio Preto.

A peculiar trajetória da colônia levanta indagações acerca dos contornos daquela rápida trajetória de inserção social, bem como das estratégias perante as adversidades utilizadas pelos árabes naquele processo. Para tentar responder aos questionamentos, o enfoque metodológico adotado neste trabalho é o da *prosopografia* ou das *biografias coletivas*, método que, segundo Charle (2006), muito se desenvolveu nos últimos quarenta anos em história moderna e contemporânea. Segundo o autor, o princípio de funcionamento é bastante simples:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. (CHARLE, 2006, p. 41).

Heinz explica que a prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar “as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico”. O autor afirma a importância das biografias coletivas na elaboração de perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou qualquer outra coletividade histórica, “... dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos” (HEINZ, 2006, p. 9).

Nesse sentido, a metodologia proposta pela *micro-história* italiana constituiu-se em importante ferramenta de trabalho. Nos moldes sugeridos por Carlo Ginzburg (1989), utilizamos o nome como fio condutor para a apreensão das redes de relações que articulavam a colônia árabe aos grupos da elite local.

Desta forma, através de uma micro-análise do social, pretendemos aprofundar a compreensão da inserção econômica, política e social dos imigrantes árabes em São José do

Rio Preto, buscando apreender estratégias individuais e coletivas responsáveis pelo rápido processo de inserção social da colônia em tão curto espaço de tempo.

Os “filhos da Siria” no sertão

A presença do elemento árabe ao que parece é bem antiga em São José do Rio Preto, como demonstra correspondência do então presidente da Câmara e chefe político municipal Coronel Pedro Amaral, de 1898, na qual afirmava que, já àquela altura, os árabes constituíam-se em importantes concorrentes aos comerciantes mais antigos (dois terços dos negociantes locais), sendo também o único grupo estrangeiro com proprietários estabelecidos na então pequena cidade sertaneja de finais do XIX⁹².

Se levarmos em conta o proposto por Truzzi (1997), de que o início do processo imigratório dos sírios e libaneses para o Brasil data ainda na década de 1870, é de se admirar que, já em finais do XIX, eles estivessem presentes de forma tão marcante em uma cidadela do ainda inabitado sertão paulista; ainda mais pelo fato de que os negociantes aos quais se referiu o então chefe político, ao que tudo indica, eram regularmente estabelecidos, ao contrário dos mascates ambulantes que perambulavam pelo interior do Brasil, alcançando as áreas ainda não densamente povoadas.

A presença destes em nada surpreenderia, já que, marcadamente, o mascate procurava tais regiões mais “desertas”, onde é conhecida sua importância como elemento de desenvolvimento. Mas um número tão grande de negociantes, para as proporções da cidade, regularmente estabelecidos, fixos portanto, ao contrário dos mascates, inseridos no meio local de modo a conseguirem uma relativa preponderância comercial⁹³, demonstra tão grandes barreiras de uma sociedade altamente fechada a ponto de tentar coibir a fala da língua árabe? Não em nossa perspectiva.

Pelo contrário, entendemos que, apesar das grandes dificuldades encontradas pelos pioneiros árabes em São José do Rio Preto, a inserção destes elementos foi muito bem sucedida, principalmente se levarmos em conta que os únicos estrangeiros presentes no comércio local em fins do século XIX, eram os “turcos”.

Como entender uma tentativa, ainda que mal sucedida e que muito provavelmente não tinha o apoio popular, de coerção da fala? Por mais “estranha” que fosse a língua ou a cultura desse grupo imigrante, não seria ele apenas mais um em meio ao oceano de estrangeiros que se dirigiam ao interior paulista, já familiarizado com as diversidades culturais desses novos elementos?

Entendemos serem outros os motivos que levaram o vereador Porfírio Pimentel a elaborar a *Indicação à Câmara*; motivos estes ligados às informações da *Correspondência* de Pedro Amaral e que se referem à concorrência dos comerciantes “syrios”, que teriam desde cedo encontrado espaço no lugar. Ainda que as diferenças culturais constituíssem barreiras à assimilação e inserção social do elemento árabe, estas não seriam tão importantes, quase intransponíveis, como se faz pensar a *Indicação* de 1906.

Pelo contrário, tais barreiras não foram capazes de afastar os habitantes locais dos hábeis negociantes árabes, que, com suas armas, atraíam os clientes, ao passo que, com “outras armas”, a antiga elite econômica tentava manter-se no controle. Nesse sentido,

⁹² Amaral escreve que, no ano de 1898, quando a cidade contava com uma população de cerca de 1.000 pessoas e 120 fogos, o então incipiente comércio local contava com 4 negociantes brasileiros e 8 “turcos”, não apresentando negociante de outras nacionalidades (SILVA, 1919, p. 13-14).

⁹³ Entendemos que os dados fornecidos por Pedro Amaral na correspondência tinham por objetivo chamar a atenção das autoridades estaduais sobre a grande presença de negociantes estrangeiros, especialmente os de origem árabe, que impunham concorrência aos antigos “donos” do comércio local. O chefe político de então era, ele mesmo, um velho e importante comerciante rio-pretense. Nesse sentido, encaramos com certas ressalvas as premissas de domínio comercial dos “turcos”, que, de acordo com Amaral, constituíam-se de 8 dos 12 comerciantes locais. Em 1902 e 1905, por exemplo, não encontramos nenhum elemento árabe entre os maiores contribuintes dos impostos municipais de indústrias e profissões.

entendemos que os conflitos verificados se encontram no âmbito da concorrência, entre novos e antigos grupos, pelo controle do poder econômico local; e, a se julgar pelo sucesso alcançado pela colônia, reconhecido pelo *Álbum de 1929*, a disputa teve o elemento árabe como um dos vencedores.

Em que medida as diferenças encontradas nos imigrantes árabes poderiam dificultar a aceitação e a inserção social daqueles elementos na sociedade brasileira? Os primeiros árabes foram descritos por Alfredo Ellis Junior como “homens trigueiros, de aspecto forte, abundantemente servidos de pelos, falavam um idioma muito gutural e incompreensível” (ELLIS JUNIOR, 1934. p. 198). Tal imagem perdurou no imaginário brasileiro, e criou-se uma série de preconceitos populares, onde, na maioria das vezes, os árabes eram relacionados de forma depreciativa.

Truzzi descreve ainda outros atributos mais visíveis da colônia árabe que, como afirma, foram responsáveis pela identificação pejorativa e simplista pela qual eram conhecidos, simplesmente como “turcos”, ao invés de sírios ou libaneses: “a mesma língua nativa característica, a dedicação ao comércio, o padrão de casamento, a sociabilidade introvertida, centrada na própria colônia, e mesmos os pratos típicos tão logo incorporados à cozinha local” (TRUZZI, 1997, p. 76).

Tais observações teriam ressonância em São José do Rio Preto? Ao levarmos em conta a *Indicação* do vereador Pimentel, tudo indica que sim. Além disso, podemos observar na cidade algumas referências aos diferentes costumes apresentados pelos árabes, como a brincadeira sobre a pronúncia dos sírios contida no jornal *O Porvir*, de março de 1906:

SECÇÃO MOSAICO

É sabido que os árabes que vão se familiarizando com a nossa língua, trocam, ao pronunciar certas palavras, algumas letras.

Há dias um súbdito de Abdul-Hamide, foi consultar um medico, e passando a indagar da dieta, perguntou:

- Doutor, “bode” come carne? O medico imperturbavel respondeu.

- Não; come capim.

- ?!!... (O PORVIR, n. 132, p. 3, 18 mar. 1906).

Ou, ainda, a curiosa crônica de Felix Pyat, no mesmo *O Porvir*, de abril daquele ano, que, ao comemorar o final da estação das chuvas, sempre intensas à época, e ressaltar o retorno do bom humor geral, dá uma bem humorada alfinetada na colônia:

DE BINÓCULO

Temos agora, graças a Deus, manhãs formosas, noutes frescas, enluaradas. A cidade já não se fecha toda apenas escurece num açodado recolher, num precepto fugir á chuva; si ficava dia e noute, pouco tempo faz, com o aspecto triste de um lugar ermo, poucos de seus habitantes sufficientemente corajosos a arriscar-se a masar lama para esgueirar-se atè a casa de um amigo, agora tem accentuado aspecto animador.

Reatam-se os vínculos da sociabilidade que o máo tempo, o máo humor, o tédio das longas semanas esvahidas no constante desabar de aguaceiros mais fortes uns que outros haviam afrouxado.

Mesmo os *syrios* já se não recordam da sua missão fastidante de azoinar os ouvidos do próximo com as suas cantilenas que alguém comparou a o zumber de uma mosca impertinente. Possa perdurar esse tempo agradável assim, para mais agradável se tornar a monotonia da vida sertaneja. Felix Pyat. (O PORVIR, n. 135, p. 2-3, 9 abr. 1906).

Safady (1966, p. 200) ressalta que as dificuldades encontradas pelos imigrantes se referiam aos problemas para pronunciar certas letras, o que, segundo o autor, teria causado um certo complexo de inferioridade em alguns indivíduos, que os teria levado a trocar seus nomes por traduções ou apropriações mais familiarizadas aos padrões brasileiros. Mas é certo também que a adaptação do nome foi utilizada como instrumento de inserção desses elementos, facilitando o convívio e o desempenho de suas atividades, como demonstra a declaração de Calil Abois, na *Sessão Livre* do jornal *O Porvir*, de 1905.

SECÇÃO LIVRE DECLARAÇÃO

Calil Abois, também conhecido por Miguel José, negociante residente neste cidade, declara para os devidos efeitos que d'esta data em diante passa a assignar-se Miguel José Calil Abois, sem entretanto prejudicar os negócios já realizados com o seu primeiro nome.

S. José do Rio Preto, 27 de Agosto de 1905.

Miguel José Calil Abois. (O PORVIR, n.105, p. 2, 10 set. 1905).

É importante destacar, como estratégia da colônia árabe, o processo apontado por Truzzi como de “reinvenção das identidades”, onde a dedicação ao comércio, e especialmente a figura do mascate, seriam utilizados para transformar a ótica depreciativa pela qual se enxergava a colônia. Em suas palavras:

[...] a batalha da integração de uma identidade tão definida na sociedade receptora deslocou-se para outro campo, que envolvesse a aceitação da diferença, da etnicidade própria como categoria legítima diferenciadora, tentando transformá-la de fardo de conotações suspeitas e negativas em um conjunto de qualidades positivas. [...] É exatamente nesse sentido que o mascate encarnou uma espécie de mito fundador da etnia. (TRUZZI, 1997, p. 76).

Além disso, o autor também aponta que as qualidades inerentes à figura do mascate, especialmente o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança num futuro melhor, foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplo de conduta. Em São José do Rio Preto, a relação com o comércio foi a porta de entrada para o processo de inserção destes elementos na sociedade local, projeto que, embora bem sucedido, não aconteceu sem maiores conflitos.

Safady explica que o comércio, especialmente pela figura do mascate, foi a “base de toda a sua atividade e o ponto de partida para a sua dispersão em todos os recantos do país” (SAFADY, 1972. p. 21). Para Truzzi, a dedicação, durante certo período, à atividade de mascateação estava inserida na estratégia coletiva de inserção dos árabes, onde os membros estabelecidos davam suporte aos mais novos, estabelecendo-se então uma estável corrente de imigração (TRUZZI, 1997, p. 35).

Ainda que em sua terra natal os sírio-libaneses se dedicassem a atividades ligadas ao campo, esta não foi a opção da grande maioria ao chegar ao Brasil. A considerar-se os dados fornecidos pelos chegados em Santos, muito provavelmente já tinham em mente, como estratégia, trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos⁹⁴. Truzzi ressalta que, ao se depararem com uma sociedade em vias de se urbanizar, é natural que pendessem a tais atividades, aproveitando-

⁹⁴ Os dados estatísticos apresentados por Truzzi demonstram a grande diferença entre as etnias chegadas ao porto de Santos à época, uma vez que, entre os sírios e libaneses do período, pouco se apresentaram como agricultores. Para um total de 18% de “syrios” ligados a atividades rurais, temos em comparação, por exemplo, para o mesmo período, os italianos, com 49,11% descritos como agricultores; os portugueses, com 47,99%; 78,63% dos espanhóis; e 98,95 % dos japoneses. (TRUZZI, 1997, p. 35).

se do comércio como um novo espaço de inserção profissional. Desse modo, o interior paulista, devido ao intenso processo de ocupação promovido pelo café, foi um terreno fértil ao estabelecimento daqueles novos elementos.

Os dados estatísticos fornecidos pelo recenseamento de 1920 demonstram a presença de 19.290 turco-asiáticos em todo o Estado de São Paulo, quase um terço deles vivendo na capital; no interior, o censo flagrou ainda, conforme aponta Truzzi, uma concentração importante deles na região servida pela Estrada de Ferro Araraquarense. Em suas palavras:

Temos aí uma das regiões do Estado que mais se desenvolveria nas décadas seguintes, beneficiada pela marcha do café em direção ao oeste paulista. As cidades de Rio Preto, Barretos, Olímpia, Catanduva, Taquaritinga e Monte Alto, todos na mesma região, abrigavam então um número bastante expressivo de sírios e libaneses no interior de São Paulo. (TRUZZI, 1997, p. 39).

Os dados populacionais de 1920 demonstram a grande presença da colônia em cidades próximas, como Barretos, Olímpia, Catanduva, Taquaritinga e Monte Alto, de onde vieram vários elementos “syrios” que se estabeleceram em São José do Rio Preto, fato que demonstra a grande circulação entre os membros da etnia, especialmente naquela parte do Estado de São Paulo.

Embora não tenhamos dados que permitam mensurar a importância relativa dos árabes no comércio local para os primeiros anos do século XX, percebe-se, por meio dos jornais, que desde cedo eram identificados enquanto colônia. Em 1906, por exemplo, faziam-se representar coletivamente num evento importante para os padrões locais, estando presentes no enterro do filho do Coronel Adolpho Corrêa, chefe político local, conforme referência feita pelo *O Porvir*, de 13 de maio de 1906 (*O PORVIR*, n. 140, p. 2, 13 maio 1906).

Em 1911, no evento comemorativo do dia 20 de setembro, data da colônia italiana, em que se realizou uma passeata pela cidade, com banda e grande pompa, a bandeira síria figurava à frente do grupo, ao lado das bandeiras do Brasil e da Itália. É interessante notar que o cortejo, numa alusão às principais colônias locais, homenageasse apenas os italianos e os árabes, não havendo ainda referências a espanhóis e portugueses, outros importantes grupos estrangeiros presentes em São José do Rio Preto no início do século passado.

No entanto, para o elemento árabe não foi tão simples o processo de inserção na sociedade da época. Apesar de cada vez mais aceitos, é de se imaginar a crescente concorrência imposta aos antigos comerciantes, principalmente pelos novos métodos de comércio utilizados pelos “syrios”, dentre os quais se destacam, além do ambulante que vai ao encontro dos clientes em suas residências, os preços menores praticados pelo grupo e as imbatíveis vendas a prazo, que, ao que parece, logo atraíram estável clientela.

Contra esse processo, levantaram-se os poderosos locais, utilizando-se do poder político para lutarem contra a “invasão” árabe no meio comercial da cidade. E foram várias as tentativas, desde a primeira Câmara eleita e durante a primeira década do século passado, de barrar o avanço dos “turcos”, como demonstram os pesados impostos cobrados aos mascates, que, de tão altos, alcançavam, às vezes, boa parte do orçamento anual da prefeitura.

Nesse sentido, entendemos as investidas da Câmara contra os árabes, principalmente se levarmos em conta que o primeiro chefe político da cidade, Coronel Pedro Amaral, era o maior negociante local. Arantes e Zanirato qualificam como draconianas as leis impostas contra os mascates, tal qual demonstra o projeto aprovado em abril de 1896, que estabelecia em um conto de réis o imposto para a mascateação no município; e ressaltam a desproporção do valor estabelecido, pois, se levado em conta que o orçamento total do município naquele ano era de dezessete contos de réis, o imposto aplicado ao mascate era simplesmente exorbitante (ARANTES; ZANIRATO, 2000).

Além disso, ainda em fins do XIX, foi aprovada outra lei sobre os mascates, desta vez de autoria do Coronel Pedro Amaral, estabelecendo imposto de dois contos de réis por cargueiro de mascate e incríveis vinte contos por carro de boi, carroça ou charrete. A justificativa do presidente da Câmara foi a de que os mascates levavam o dinheiro para fazer compras em outros municípios (ARANTES, 2000, p. 30).

Note-se, porém, que a presença dos mascates era intensa: no orçamento do município para 1905, a segunda maior fonte de receitas, abaixo apenas do imposto de indústrias e profissões, que havia sido orçado em quinze contos de réis, era o imposto sobre mascates mais que duas vezes maior que o imposto predial, terceira maior fonte das receitas previstas.

Tabela 1 - Receitas previstas do município de Rio Preto para 1905

Imposto	Valor
- pelo imposto de indústria e profissões	15:000\$000
- >> >> predial	1:500\$000
- Imposto sobre gêneros exportados	600\$000
- >> >> café	500\$000
- >> >> vehiculos	200\$000
- >> >> mascates	4:000\$000

Fonte: LEI N. 19. Orça receitas e despesas do município de S. José do Rio Preto, no exercício de 1905.(O PORVIR, n.º 65, p. 4, 8/11/1904)

Contra aquela situação, voltam à carga os comerciantes estabelecidos, que conseguem aos poucos diminuir a presença dos mascates na cidade. No orçamento de 1908, por exemplo, os impostos sobre “volantes”, como vinham denominados, não somavam mais de 800\$000 réis, bem abaixo do que representavam os impostos sobre indústrias e profissões, predial e outros (O PORVIR, n. 223, p. 4, 1 jan.1908).

Além disso, se considerarmos que os impostos para mascate de “caixas às costas” era de 200\$000, e que os de cargueiros pagavam 300\$000; e levando também em conta que existiam outros tipos de ambulantes, de menor porte mas igualmente previstos no orçamento, que pagavam 30\$000 de impostos, percebemos que as previsões da prefeitura não contavam com muitos visitantes daquele tipo ao longo de 1908, uma vez que poucos destes alcançariam a cota prevista para aquele ano.

Seria sinal de que, enfim, os mascates tinham tomado outros rumos? Tudo indica que não, se levarmos em conta a Lei n. 60, de 2 de abril de 1908, que retificava os valores das taxas sobre ambulantes, apenas três meses após sua publicação oficial:

LEI N. 60
De 2 da Abril de 1908.
Eleva imposto sobre mascates.

O Tenente Coronel Adolpho Guimarães Corrêa, Prefeito Municipal de Rio Preto, faz saber que a câmara em sessão de 27 de Março decretou a lei seguinte.

Art. 1º Fica elevado, no corrente exercício, o imposto de mascate que conduzir caixa as costas à 500\$000; que mascatear com cargueiros 1.500\$000.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria geral da prefeitura do município de Rio Preto, 2 de Abril de 1908. Eu Manoel Leão, secretario da Prefeitura o escrevi. O Prefeito Municipal. Adolpho G. Corrêa. (O PORVIR, n. 234, p. 3, 5 abr.1908).

Ao que parece, os impostos não foram altos o bastante para afastar os mascates, que, apesar de tudo, devem ter tido uma forte presença na cidade e que provavelmente muito incomodaram os comerciantes locais naquele início de ano, obrigando o prefeito a tomar providências, que se efetivaram no aumento das taxas para os “de fora”. Ressalta-se ainda a proporção do aumento verificado nos impostos, que mais de que dobraram, no caso dos mascates que conduziam caixas às costas, e que se elevaram cinco vezes, como se observou nas taxas para cargueiro, que saltaram de 300\$000 para um conto e meio de réis.

E as perseguições não se limitavam aos ambulantes, sendo vítimas também os comerciantes de origem árabe estabelecidos, como demonstra o conflito em 1907, no qual um grupo de representantes do comércio, todos membros da colônia, enviou uma representação ao presidente da Câmara, reclamando contra a perseguição imposta aos mesmos por parte da polícia.

Na *Seção Livre*, do *O Porvir* de 12 de julho daquele ano, em resposta a “zombarias” feitas pelo jornal local *O Rio Preto* sobre as reclamações dos “syrios” à Câmara, os signatários da representação responderam aos ataques daquele órgão, reafirmando, nesses termos, suas reclamações contra as referidas perseguições:

SECÇÃO LIVRE

Os signatários da representação dirigida em nome do Commercio local ao Sr. Presidente da Câmara e que foi publicada na Secção Livre deste jornal de 28 do mez próximo passado, protestam contra o desmentido que geitosamente, a modo de troça, quis fazer o jornal O Rio Preto.

E para comprovar que a representação foi sciente e conscientemente feita pelo commercio, assignam os referidos signatários esta declaração. *Syrios* que vivem modestamente de seu commercio, sem se recusarem nunca a prestarem o concurso que possam ao engrandecimento do meio em que vivem, admiram-se os abaixo assignados que a polícia lhes fizesse tão aberta perseguição, e não podem deixar de estranhar que agora O Rio Preto os queira tomar como objeto de suas zombarias.

A isso os abaixo assignados não se prestam. Seja o Rio Preto, jornal do espírito, da graça, do que quizer emfim, mas não assim como fez, pois que fez simplesmente palhaçada.

Rio Preto, 9 de julho de 1907”. (O PORVIR, n.º 199, p. 3, 12/07/1907)

José Scaff.

José Miguel Aiub.

Elias Rasgalla.

Jorge Abrão & Irmão.

Angelo Ferreira & Elias Gabriel.

Arrogo de José Antonio Pedro, Elias Gabriel.

Arrogo de Abrão Radoam & Irmão, Elias Gabriel.

Arrogo de Jorge Miguel, Feres Daher Daud.

Arrogo de José Nassif & Francisco Cury, Feres Daher Daud.

Arrogo de Elias Malluff, Feres Daher Daud.

Arrogo de Nicolau Miguel, Feres Daher Daud.

Arrogo de Manoel Elias & Irmão, Feres Daher Daud.

Arrogo de Salamão Antonio Pedro, José Pimenta Benfica.

Arrogo de Abdala Abrão Elias, José Pimenta Benfica.

Abrão Miguel Maragil.

Miguel Salamão Cury.

Arrogo de David Nasser & João Bassit, Miguel Salamão Cury.

Arrogo de Francisco Humice, Miguel Salamão Cury.

As perseguições do período, ao que parecem, foram bastante duras, mas tiveram como consequência um efeito positivo: a organização, por necessidade de defesa, dos

membros da colônia, que coletivamente lutavam para estabelecer-se na cidade, defendendo-se dos ataques dos “de fora”.

Exemplo disso foi a greve empreendida por parte dos comerciantes locais no início de 1908 – não comentada nos jornais e sobre a qual não existem muitas informações –, em que tomaram parte vários elementos da colônia árabe. É o que se entende ao se analisar os expedientes da prefeitura do mês de fevereiro, publicados no *O Porvir*, que trazem uma *Portaria* do prefeito municipal, do dia 1º. de fevereiro “...ao fiscal do primeiro districto, ordenando que casse as licenças de todos negociantes implicados na greve.” (O PORVIR, n. 228, p. 2, 23 fev. 1908).

No expediente do dia 3, encontra-se um requerimento enviado à prefeitura, reproduzido abaixo, no qual vários membros da colônia pedem revogação das penas a eles aplicadas, por não terem “participado na greve”:

PREFEITURA MUNICIPAL
EXPEDIENTE DA SECRETARIA
DIA 3 DE FEVEREIRO

Requerimento de Pedro José; Miguel José & Irmão; Abrão Elias Maluff; Jorge Abrão; David Nasser; Felício Scaff; Francisco Hams & Irmão; Abbida Abrão Elias; Abrão Rodoam & Irmão; Manoel Elias & Irmão; Miguel Salomão Cury; Chaim José Elias; Elias Gabriel & Irmão; José Miguel Aiub e José & Francisco Cury, alegando não terem tomado parte na greve, e pedindo seja revogada a ordem que cassou suas licenças. Despacho – Sim – especase novo alvará, depois de pagos os impostos devidos. (O PORVIR, n. 228, p. 2, 23 fev. 1908.).

Empreendidos então coletivamente, num projeto de inserção social que passava pelo estabelecimento efetivo no concorrido comércio da crescente Rio Preto, os árabes conquistaram pouco a pouco o reconhecimento da sociedade receptora. Ainda em 1908, nas páginas do *O Porvir* encontramos uma interessante matéria com informações transcritas do jornal árabe *Salhab*, editado em São Paulo, mas de grande circulação internacional, que ressaltava as qualidades do elemento “syrio”, que se adaptava a qualquer tipo de clima e de trabalho, sempre obtendo ótimos resultados:

COLONIA SYRIA

transcrevemos por achar conveniente divulgar

Os allemães ignoram que entre os povos com cuja concurencia terão de encontrar no Brazil! Estão não somente polacos e italianos, mas também numerosos syrios.

[...] São, é certo, em sua maioria, pequenos comerciantes, mas entre elles já se contam, entretanto, médicos, advogados, barbeiros, marceneiros e até fazendeiros e agricultores.

Chegados ao Brazil sem nenhuma animação por parte do governo brasileiro, eram elles a principio demasiado pobres para se entregarem à cultura, mas depois de terem economisado algum dinheiro no exercício do pequeno commercio, foram se dedicando cada vez mais ao trabalho do campo.

Accresce que os syrios podem adaptar-se a toda a espécie de climas [...] como o deserto do sertão, perto do Ceará, e nas margens do Amazonas, onde vão trabalhar na colheita de borracha.

Isto confirma igualmente as asserções do *Salhab* quando diz que os syrios vão se cruzando pouco a pouco com os brasileiros e que vinte e cinco por cento delles casam-se com brasileiras.

Semelhante facto concorrerá ainda para augmentar a diversidade extraordinária do cruzamento de raças diferentes que já se pode observar no Brazil. (O MUNICÍPIO, n. 243, p. 2, 7 jun. 1908).

No rol dos sul americanos

O projeto de estabelecimento econômico do árabe em São José do Rio Preto não tardou em se efetivar. A partir da segunda década do século passado, observou-se uma verdadeira invasão dos “syrios” no comércio local, que passaram a constituir boa porcentagem dos negociantes, muito embora fosse reduzida sua participação, em números absolutos, na composição da população local. Além disso, durante a década de 1920, encontramos vários indivíduos da etnia figurando entre os grupos de maior poder econômico.

Tomemos como exemplo a lista de contribuintes do imposto da *Coletoria Estadual* para o ano de 1927, que demonstra a grande presença do árabe entre os proprietários de estabelecimentos comerciais, representando mais de 28% dos negócios de imigrantes naquele ano. Do total de 566 estabelecimentos registrados, os “syrios” são donos de 107. (O MUNICÍPIO, n. 984, p. 2, 15 fev. 1927; O MUNICÍPIO, n. 986, p. 4, de 17 fev. 1927; O MUNICÍPIO, n. 987, p. 2, de 18 fev. 1927).

Dois anos depois, a mesma *coletoria* apontava 6 árabes entre proprietários dos 15 maiores estabelecimentos, sendo que os dois primeiros, a casa bancaria de Chaim José Elias e o estabelecimento de Moysés Miguel Haddad & Cia, pertenciam a membros da colônia. Naquele ano, poucos estabelecimentos pagaram impostos cujo valor ultrapassava um conto de réis; dentre os 31 estabelecimentos que atingiram essa marca, 9 eram de propriedade de “syrios” (A NOTÍCIA, n. 990, p. 4, 30 jan. 1929).

Em 1930, na lista dos contribuintes elaborada pela prefeitura, é visivelmente importante a presença do árabe entre os proprietários locais, representando grande parcela dos imigrantes em atividades comerciais à época. Naquele ano, 4 “syrios” figuravam entre os 15 maiores proprietários de estabelecimentos comerciais da cidade (O MUNICÍPIO, n. 1706, p. 4, de 24 jan. 1930).

Além disso, se considerarmos dos contribuintes daquele ano apenas os estabelecimentos cujo imposto ultrapassou o valor de um conto de réis, perceberemos a intensa presença dos “syrios” entre os maiores comércios locais, uma vez que detinham, à época, exatamente um terço, ou seja, 20 dos 60 estabelecimentos daquele ano a alcançarem aquela marca. Sobre o processo de ascensão do elemento árabe em Rio Preto, Cavalheiro escreve, em 1929:

Primeiramente vieram os syrios, com a tenda ás costas e a clássica matraca que servia a um só tempos para anunciar aos fregueses a sua chegada e afugentar ao mesmo tempo, as feras que ainda infestavam os caminhos [...].

Finalmente, como premio a todos os sacrifícios, os “syrio”s prosperaram rapidamente e em breve, deixavam a tenda do mascate, para se installarem em Rio Preto com importantes Casas Commerciaes, furnidas de tudo o que era indispensavel aos consumidores desse tempo, e assim, graças a um trabalho profícuo, honesto e persistente, conseguiram os syrios manter até hoje a primazia commercial, tornando-se detentores dos maiores e melhores estabelecimentos não só de Rio Preto, mas de toda a Comarca. (ALBUM 1929, Cap. XII. Galeria das Raças, s/n.).

E a presença econômica dos árabes não se limitava apenas ao comércio, sendo importante também em outros setores e negócios lucrativos, de acordo com as diferentes oportunidades surgidas ao longo do tempo. No decorrer do período, e mais frequentemente na década de 1920, encontramos nomes de elementos da colônia ligados aos mais diversos setores, como o banco de Chaim José Elias, além de grandes empresas comerciais, como é

o caso do maior empreendimento local da década de 1920, a criação da Cia. Melhoramentos de Rio Preto, que, fundada por Feliciano Sales Cunha, em 1925, foi responsável por vários quilômetros de estradas pelas diversas áreas do extenso município.

Era frequente entre o grupo o investimento do capital acumulado em alguns anos de trabalho na compra de terras e na formação de plantações de café. Em São José do Rio Preto, esse processo se deu, ao que tudo indica, desde o início do século XX, uma vez que, já em 1915, encontramos os “syrios” entre os mais importantes produtores de café locais.

Nas listas dos maiores cafeicultores de Rio Preto, publicadas pelo periódico *Boletim do Café*, da Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, é possível encontrar diversos nomes de “syrios” entre os mais importantes proprietários dedicados àquela atividade. Existente para o período de 1915 a 1938, o *Boletim* publicava os nomes dos vinte maiores cafeicultores de todos os municípios paulistas, e, desde o primeiro número, encontramos árabes entre os mais importantes produtores rio-pretenses.

Em 1915, na lista que seria renovada apenas para o ano de 1922, os “syrios” Ferlitte José e Felício Scaff eram, respectivamente, o nono e o décimo sétimo entre os maiores cafeicultores locais. Em 1924, o mesmo *Boletim* apontava outros dois elementos da colônia entre os mais importantes produtores, José Scaff e Homsí Buchalla & Cia, respectivamente oitavo e décimo sexto entre os vinte maiores para aquele ano (SÃO PAULO, 1915).

No final daquela década, o elemento árabe ocupava de vez um lugar entre os mais importantes do setor cafeeiro. Em 1928, são árabes os dois maiores cafeicultores locais, Moysés Miguel Haddad e José Scaff, respectivamente com 780 e 714 mil pés de café. Neste ano, também o quinto maior cafeicultor, Azziz Elias, era de origem árabe (SÃO PAULO, 1928).

Ainda em 1930, o *Boletim* apresentava José Scaff em primeiro lugar na lista dos vinte principais cafeicultores locais, que continha ainda os nomes de Moysés Miguel Haddad como décimo segundo, Abrão Ramom e Abrão Raduan, respectivamente décimo sétimo e décimo oitavo maiores produtores (SÃO PAULO, 1930).

O periódico da Secretaria de Agricultura foi publicado até o ano de 1938, e, até esta data, o elemento árabe sempre figurou entre os maiores cafeicultores, sempre com mais de um indivíduo, destacando-se nesse período os nomes de Chaim José Elias, terceiro maior produtor em 1933, e Calil Buchalla, importantes produtores árabes que figuraram nas listas após o ano de 1930. Ao comentar a dedicação do elemento árabe também à produção de café, Elias Choeire escrevia para o *Álbum* de 1929:

No entanto, de uns dez annos pra cá, a constante melhoria dos preços de cafés, que se tornou a bebida universalmente preferida fez ainda que um pouco tarde voltar a atenção dos syrios para a lavoura especialmente a caféeira.

[...]

Actualmente em Rio Preto, como nos demais Municípios paulistas, é grande o numero se syrios agricultores ou que possuem propriedades agrícolas.

Em Rio Preto, onde a Colônia conta com mil e duzentas almas aproximadamente, sem fallar nos municípios de que se formam a comarca, uns vinte por cento do total possuem terrenos e cuidam da lavoura cafeeira.

Na verdade aqui temos fazendeiros syrios por poucos superados e não são raros os que dentre elles teem mais de uma fazenda de elevadissimo valor monetário. (CHOEIRE, E. A Colônia Árabe *ÁLBUM* 1929. Galeria das Raças, s/n.).

O processo de inserção da colônia passava também pela sua representação em associações, que, muito mais do que voz oficial, serviam de espaços de convivência entre os elementos patricios e a sociedade. A primeira associação árabe local data já de 1913, constituída para representar a colônia em momentos de necessidade. Tal instituição durou pouco, sendo várias vezes reformada até ser substituída pela *Sociedade Jovens Syrios*,

fundada em 1922 e que, a partir de 1925, tornou-se a referência oficial da colônia em Rio Preto. Sobre a associação árabe *Jovens Syrios*, escreve Choeire para o *Álbum* de 1929:

Reunindo aí os mais preciosos elementos da Colônia, a Sociedade “Jovens Syrios” tem sabido, neste cinco annos e pouco de existência, desempenhar condignamente o seu delicado papel de representante official da Colônia Syria de Rio Preto e localidades vizinhas, correspondendo estrictamente aos seus desejos e aspirações, na louvavel obra e nobre missão da approximação entre Syrios e Brasileiros. Sempre apegada a essa divisa tem interpretado fielmente, o pensamento dos syrios e aproveitado bem todas as occasiões de representar o syrio como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente. (CHOEIRE, E. A Colônia Árabe *ÁLBUM* 1929. Galeria das Raças, s/n.).

É importante ressaltar ainda o papel das instituições coletivas da colônia para a efetivação do processo de “reinvenção das identidades”, descrito por Truzzi, ditando a “imagem oficial” da colônia, ou, como nos explica Choeire, no *Álbum* de 1929, “representar o ‘syrio’ como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente.” A “imagem” do elemento árabe passava então pela reafirmação, entre os membros da colônia, de sua cultura e suas tradições, que, além de preservadas nas festas e convivências proporcionadas pela *Jovens Syrios*, eram ensinadas em um colégio próprio, mantido pela instituição.

Além disso, como vimos, era essencial para o projeto de inserção do grupo, a imagem de trabalho e objetividade do elemento árabe, esta representada pelos indivíduos de maior ascensão financeira. Nesse sentido, a associação árabe local mantinha, na década de 1920, um efetivo serviço de proteção de indigentes, que, mais que auxiliar patricios, proporcionava um orgulhoso diferencial aos membros da colônia, sendo, de acordo com Choeire “quase impossivel ver um mendigo de nacionalidade syria vaguear pelas ruas da cidade.” (CHOEIRE, A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, 1929, s/n).

No caso da *Jovens Syrios*, destaca-se a realização de vários eventos artísticos que eram muito concorridos, atraindo a “nata” da sociedade à época, e que muito contribuíram para a valorização social da colônia. Sobre este aspecto da associação árabe rio-pretense, Choeire escreve em 1929:

A Sociedade “Jovens Syrios”, pois, podemos affirmar é uma das instituições que muito honram a Colonia. Beneficente, litteraria e recreativa, tem tratado com verdadeiro amor o interesse, da realização dos seus nobres fins principaes. Os amplos salões por mais de uma vez reuniram, em uteis conferencias e sessões litterarias tudo o que possui de distincto a sociedade riopretana. Alli é o ponto de reunião dos jovens e das pessoas de fina educação porquanto só são admitidos para socios as pessoas de comprovado procedimento moral. A parte beneficente é executada com afinco e zelo pouco communs. (CHOEIRE, A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, 1929, s/n).

Durante a segunda década do século XX, especialmente pelo reconhecimento público de alguns membros da colônia, percebe-se que os árabes conseguem progressivamente sua aceitação por parte dos rio-pretenses. A sua definitiva consolidação econômica trouxe prestígio e levou o elemento árabe a participar ativamente da vida social da cidade, atuando nas mais diversas associações locais.

Tomemos como exemplo a Associação Comercial de Rio Preto, instituição que ao longo do tempo exerceu uma crescente influência política e que contou em sua organização, em 1920, com a participação dos comerciantes “syrios” João Bassit e Nagib Gabriel, este último, presidente de 1925 a 1928. Destaca-se ainda a Associação dos Empregados do Comercio, que teve os “syrios” Mario Tuffi Abufares como membro do conselho fiscal da

primeira gestão e Tuffi Elias Abufares como suplente de Diretor em 1929 (CAVALHEIRO, 1929. Cap. XI - Rio Preto Associativo. s/n.).

Percebe-se, também, o investimento dos membros da colônia em benemerência, participando ativamente de causas públicas, como é o caso da criação do primeiro hospital local, fundado ainda em 1909 e que funcionou até 1915, e a “Casa de Caridade”, que teve, entre os seus idealizadores, os nomes dos “syrios” Chaim José Elias e José Scaff (GOMES, 1975, p. 125-126). Foi importante a atuação de Nagib Gabriel, que, membro da loja maçônica *Cosmos*, foi incorporador da “Casa de Caridade” mantida no surto epidêmico de gripe em 1918, que reativou momentaneamente os trabalhos da antiga e precária casa de saúde pública.

Na década seguinte, na campanha para a criação definitiva da Santa Casa local, novamente foi fundamental a atuação de Nagib Gabriel e Chaim Jose Elias, presentes desde as primeiras reuniões, e que, juntamente com outros “grandes” da colônia, foram de vital importância para o estabelecimento definitivo daquela conquista pela localidade, especialmente por seu auxílio financeiro. É o que demonstra a lista dos doadores para as obras de construção do prédio da Santa Casa, publicada pelo *A Notícia*, em 1925, onde os árabes representam boa parte dos doadores: entre os 13 nomes que haviam auxiliado a instituição, estavam os de João Bassit, Moisés Miguel Haddad, a firma “João Gabriel & Irmãos”, de Nagib Gabriel e Chaim José Elias (*A NOTÍCIA*, n. 57, p. 1, 20 fev. 1925).

Desde a organização efetiva daquele hospital, em 1925, certos nomes de relevo social ficaram responsáveis pela manutenção financeira da instituição, pelo período de um mês, num cargo denominado “mordomo”. Excetuando-se os meses de janeiro e fevereiro, que ficaram a cargo de Feliciano Sales Cunha, grande patrono da entidade, além de agosto, em que o posto foi dividido por dois indivíduos, todos os demais meses do ano contaram com apenas uma pessoa no cargo, e entre os que auxiliaram como “mordomos” naquele ano estão três “syrios”: Nagib Gabriel, responsável pelo mês de junho, Chaim José Elias, por setembro, e João Bassit, “mordomo” de dezembro (*A NOTÍCIA*, n. 96, p. 1, 23 abr. 1925).

E a presença dos árabes, ao que parece, era quase que obrigatória em todos os grandes projetos sociais que se efetivaram na cidade à época. Em 1926, por incentivo do Juiz de Direito local, diversos nomes de relevo uniram-se no projeto de fundação da Sociedade Beneficente de Rio Preto, fundada em 15 de novembro daquele ano com apoio financeiro de vários elementos da colônia, destacando-se a figura de Moisés Miguel Haddad, escolhido tesoureiro da entidade. Destaca-se o fato de a reunião de fundação da sociedade beneficente ter acontecido nos salões da *Jovens Syrios*. (*O MUNICÍPIO*, n. 910, p. 1, 17 nov. 1926).

Os representantes da colônia não deixam dúvidas sobre o padrão do árabe inserido na sociedade local. Chaim José Elias, João Bassit, Moisés Miguel Haddad e Nagib Gabriel eram todos elementos de posse, ligados aos mais diversos empreendimentos locais, estereótipo perfeito do árabe vitorioso almejado como imagem pela colônia.

Internamente, atuando de forma mais próxima ao grupo, percebe-se a presença de elementos diferenciados, como alguns intelectuais e profissionais liberais, de que são exemplo o professor Elias Choeire e os médicos Habib Garzuzi e Taufik Rahd, todos diretores da associação *Jovens Syrios* na década de 1920.

Em fins da década de 1920, a trajetória ascendente do árabe estava completa. Os elementos da etnia estavam entre as maiores fortunas locais e ligados aos mais importantes eventos e projetos. Eram, ao que tudo indica, admirados pelos rio-pretenses, como demonstram os eventos públicos em homenagem à colônia do início de 1929, o *Grandioso Festival Oriental* e a apresentação do filme sobre a Síria e o Líbano *A atração do Oriente*, eventos que foram grandiosamente noticiados pelo *O Município*:

Diversões
Edem Parque

Será focalizada na tela desta casa de diversões, hoje na 2ª. sessão, às 9 horas, a importante e bellissima película 'A Attração do Oriente', grandioso film documental de um dos países mais antigos na História da Humanidade: a Syria e o Líbano de 1927, película filmada por pessoal tecnico e artístico. (O MUNICÍPIO, n.º1545, p. 2, 28/02/1929)

Elias Choeire, ao comentar para o *Álbum de 1929* o vitorioso processo de inserção e ascensão social do elemento árabe, elogiava a diversidade de empreendimentos a que se dedicavam os membros da colônia:

Em summa, temos entre a colônia aqui, os lavradores, os industriaes especializados em productos de terra, os boiadeiros e os criadores, isto nos domínios da agricultura e seus derivantes.

Nas outras profissões igualmente honrosas e dignificantes o numero desses compatriotas não é, relativamente, pequeno.

[...]

Todo esse movimento e esses varios empreendimentos quer na lavoura, nas profissões liberaes e na industria, todos elles de caracter perpetuo e de duração indefinida, indica perfeitamente e de maneira simples e cabal que os filhos da Syria que aqui estão, já estão contados no rol dos Sul Americanos. (CHOEIRE, Elias. A colônia árabe. *Álbum de 1929*. Galeria das Raças. s/n.).

Desse modo, assinala para a sociedade local e para a própria colônia a trajetória vitoriosa de inserção social empreendida por seus patrícios. Naquele momento, importava assinalar que os “filhos da Syria” ocupavam seu merecido lugar de destaque, “no rol dos Sul Americanos”.

Mas até que ponto ia a inserção do árabe na sociedade rio-pretense? A sua ascendente trajetória mostra os “syrios” entre as elites econômicas e culturais de São José do Rio Preto. Tal inserção seria confirmada pela entrada dos membros da colônia no grupo de poder político?

É o que se apreende da eleição de José Scaff para a suplência do cargo de vereador, função que ocupou por curto período, em 1912, e que deve ser considerada importante, uma vez que a presença do elemento árabe na política era praticamente nula até a década de 1930 (TRUZZI, 1997, p. 150).

Sobre este acontecimento, qual seja a presença de um “syrio” entre os candidatos mais votados em uma eleição municipal, que era o requisito para se ocupar uma vaga na suplência da vereança, não entendemos tratar-se de uma aceitação plena destes elementos pela sociedade local, que se confirmasse, de modo efetivo, em uma confiança eleitoral da população, ainda que não desconsideremos os votos, provavelmente concentrados em massa, do contingente árabe em seu candidato.

Na política local da Primeira República, as eleições eram quase sempre ditadas pelo Diretório do PRP, que, pelos jornais, publicava seus *Boletins Eleitorais*, indicando a chapa a ser votada ao eleitorado, que geralmente apenas “confirmava” a indicativa nos dias das eleições. A presença de José Scaff entre os indicados deve ser entendida, sim, como mais uma importante inserção social dos árabes à época, mas esta referia-se aos donos do poder político, que agora definitivamente apoiavam-se também na influência dos membros da colônia, inserindo um nome “syrio” na chapa oficial.

Ao contrário do que possa parecer, a precoce entrada de um árabe no grupo que controla o poder político, dada pela eleição de Scaff, não anunciava uma grande participação da etnia na política local ao longo do período, pelo menos no que se refere à ocupação de cargos eletivos, uma vez que não houve nenhum membro da colônia entre os vereadores e prefeitos rio-pretenses desde então (ARANTES, 2000, p. 52).

Em São José do Rio Preto, as preocupações do elemento árabe estiveram mais voltadas aos seus negócios e a suas atividades, e o grupo não se envolveu em conflitos políticos de destaque no período, em consonância com a curiosa nota do *A Notícia*, de 1929, em referência ao grande comerciante e fazendeiro “syrio” Moysés Miguel Haddad:

Seção Quitutes (Pensamentos, e... preconceitos)

Por mim pode ser lá quem for o futuro Presidente da República, o que eu quero é vagões para embarcar café. Moysés Haddad. (*A NOTÍCIA*, n. 1134, p. 1, 09 ago. 1929).

No entanto, em fins da década de 1920, um curioso episódio envolvendo um importante membro da colônia árabe indica que as ideias políticas não estiveram totalmente descartadas pelo grupo, revelando a forma de atuação dos árabes riopretenses no período. Nagib Gabriel, presidente da Associação Comercial, falsificou ofício da entidade em congratulações à eleição de Victor Bastos para prefeito, inserindo vários elogios ao amigo, atitude que não passou despercebida pelo opositor *A Notícia*, que lançou várias críticas ao presidente da Associação:

ELOGIOS DE ENCOMMENDA

O Sr. Nagib Gabriel, candidato perpétuo do sr. Victor Bastos, a uma cadeira de vereador, ilude a boa fé dos diretores da Associação Comercial. A posição crítica do Presidente da Associação que falsificou um officio

Mas todos sabem das relações do sr. Nagib Gabriel com o sr. Victor Bastos, como também é do conhecimento que o sr. Victor sempre pensou em fazer do sr. Nagib, vereador à Câmara Municipal e que isso constitue o sonho do sr. Nagib.

Pois muito bem.

O officio não agradou ao velho prefeito.

Queriam o governador, largos elogios, rasgadas barretadas e d'ahi o sr. Nagib Gabriel substituir o officio... (*A NOTÍCIA*, n.º 474, p. 1, 30/01/1927).

O elemento árabe, embora não estivesse representado por nenhum membro da colônia nos cargos da Câmara, atuava à sua maneira no meio político local, adquirindo importância ao longo do tempo como grupo de influência e angariador de votos, como demonstram as participações de José Scaff em 1912 e a atuação de Nagib Gabriel em 1927.

E o que fizeram os árabes da colônia local no momento em que passaram a influenciar o meio político? Atuaram no sentido de garantir sua permanência na situação de destaque no meio econômico, origem de todo seu processo de ascensão. Defendendo a posição que a duras penas haviam conseguido, os grandes árabes do comércio empreendem uma grande campanha contra o comércio ambulante, que “muito prejudicava” os comerciantes estabelecidos, como demonstra a nota do *A Notícia* de fins de 1925:

EM BENEFICIO DO COMMERCIO HONESTO

Campanha necessária

[...] é justo que a Camara Municipal procure corresponder a essa boa vontade, protegendo o commerciante estabelecido contra a ganancia e a especulação dos vendedores ambulantes, dos mascates, dos homens da prestação.

A nossa cidade está cheia desses typos indesejáveis que infestam as pensões e às vezes atrevidamente se apresentam às casas particulares.

Actualmente, disse-nos hontem sympathico gerente de uma das importantes casas da praça, é simplesmente espantoso o numero desses vendedores a prestação, desses ambulantes que muito seriamente prejudicam o negocio do commercio estabelecido e que sempre concorre para todas as iniciativas que visem o bem publico, o progresso da cidade. (A NOTÍCIA, n. 196, p. 1, 6 dez. 1925)

Por meio da Associação Comercial, da qual participavam vários elementos “syrios”, os donos do comércio atacaram os ambulantes durante todo o final da década de 1920, sendo constantes nos jornais as referências ao comércio ilegal nas ruas (A NOTÍCIA, n. 203, p. 1, 18 dez. 1925), ou às necessidades de aumento de impostos para aquela atividade (A NOTÍCIA, n. 898, p. 1, 7 out. 1928).

Abuso nas feiras e as irregularidades no fechamento do comercio

As providencias da Associação Commercial

Irregularidades no fechamento dos estabelecimentos nos bairros mais afastados e a venda de artigos de armarinho e quinquilharias na feira. (artigos que não são de primeira necessidade.). (A NOTÍCIA, n. 1354, p. 1, 27 maio 1930)

Ambulante Multado

Hontem, o funcionário municipal, sr. Brigagão Luccas, multou o vendedor ambulante, Samuel Gumback, de que também apreendeu as mercadorias, por estar exercendo o commercio sem haver pago os impostos municipaes a que estava sujeito. (O MUNICÍPIO, n. 1405, p. 1, 15 ago. 1928)

Eram eles agora a pedir proteção da política em defesa de seus interesses, muito embora poucos anos antes seus patrícios tenham enfrentado tão grandes dificuldades para inserir-se no mercado local. Tudo indica que teriam aprendido a lição.

Considerações finais

O objetivo do presente trabalho foi apreender a trajetória da inserção social da colônia árabe em São José do Rio Preto, no contexto das grandes transformações urbanas promovidos pela inserção da região no complexo exportador cafeeiro. Naquele momento, a cidade vivenciava um intenso processo urbanização, com a chegada de uma enorme massa de trabalhadores imigrantes, dentre os quais destacam-se os de origem árabe, que, presentes na região desde fins do século XIX, fizeram da cidade a maior colônia da etnia no interior paulista na década de 1920. Sua presença não passou despercebida pelos “donos do poder”, dando origem a vários conflitos que indicaram a disputa pelos espaços sociais, especialmente o mercado local.

Foram várias as ações do grupo pré-estabelecido buscando limitar e dificultar a presença dos comerciantes árabes na cidade; a mais esdrúxula, a tentativa de proibição da fala do idioma árabe, figurava ao lado de outras, tais como a rígida fiscalização e uma altíssima taxa de impostos para mascates, além da clara perseguição aos comerciantes estabelecidos membros da colônia pela polícia.

No entanto, as dificuldades iniciais e a hostilidade encontrada promoveram a organização daqueles indivíduos que, coletivamente, empreenderam um efetivo processo de inserção social, figurando em pouco tempo nos principais grupos e empreendimentos da sociedade local, trajetória que permite vislumbrar diversas estratégias utilizadas pelos imigrantes árabes em busca de seu lugar naquela sociedade.

A ligação com o comércio, característica principal daqueles que deixaram a Síria e o Líbano rumo à América, foi também a porta de entrada do imigrante árabe na sociedade rio-

pretense, significando não apenas a atividade econômica que garantia o sustento, mas também, simbolicamente, a situação efetiva de vencedor num processo doloroso que se iniciara anos antes, quando do abandono de sua terra natal.

A presença dos árabes nos grupos de poder econômico ligados às atividades comerciais era impressionante na década de 1920, e os membros da colônia constituíam um terço dos proprietários de estabelecimentos do período, apesar de sua pouca representatividade numérica em meio à sociedade. Pertencia a árabes grande parte dos maiores estabelecimentos comerciais do período.

Além do comércio, atividade tradicional entre os membros da colônia, verifica-se em São José do Rio Preto a atuação do árabe também nos empreendimentos rurais, especialmente aqueles ligados ao complexo exportador cafeeiro. Durante todo o início do século passado, foi possível encontrar membros da colônia como formadores de fazendas e grandes produtores de café.

O processo de inserção da colônia passava também pela sua representação em associações, que, muito mais do que voz oficial, serviam de espaços de convivência entre os elementos patrícios e a sociedade. Ressalta-se ainda o papel daquelas instituições para a efetivação do processo de “reinvenção das identidades”, descrito por Truzzi (1997), ditando a “imagem oficial” da colônia, representando o árabe como ele era “verdadeiramente”, “e não como supunham sel-o erradamente” (CHOEIRE, A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, 1929, s/n).

A sua definitiva consolidação econômica trouxe prestígio e levou o árabe a participar ativamente da vida social da cidade, atuando nas mais diversas associações e empreendimentos locais, tais como Lojas Maçônicas e associações de classe, destacando-se a poderosa Associação Comercial, que, como visto, foi importante instrumento de ação política por parte dos elementos da colônia. Verifica-se também a importante atuação do árabe nas atividades de benemerência, participando ativamente das principais ações coletivas do período.

Desse modo, o efetivo processo de inserção social do árabe em São José do Rio Preto culmina, em fins da década de 1920, com a presença daqueles elementos nos principais grupos de poder da sociedade local, situação refletida no *Álbum Ilustrado da Comarca* de 1929, que dá à colônia espaço nobre na *Galeria das Raças*, ao lado de outros importantes grupos de imigrantes da cidade, sinal de que, naquele momento, os “filhos da syria” tinham seu tão almejado lugar no “rol dos sul-americanos”.

Tal inserção social, como visto, não se efetivou na participação do árabe nos grupos de poder político eletivo, sendo baixo o número de elementos da colônia atuando como vereadores e representante políticos. No entanto, foi possível apreender a ação política de forma indireta, por meio dos postos galgados em instituições de relevo social.

A pressão ao poder público para o estabelecimento de políticas em defesa de seus interesses, especialmente no combate ao comércio irregular, demonstra uma estratégia que garantiria a manutenção da situação de destaque no meio econômico local, origem de seu processo de ascensão, lição que aprenderam após períodos de grandes dificuldades.

Referências

A NOTÍCIA. 1924-1930 (Vários números).

ARANTES, A.; ZANIRATO, A. **Legislativo Rio Pretense**: nossa história. S. J. Rio Preto: Ed. Rio Pretense, 2000.

ARANTES, Lelé. **Dicionário rio-pretense**. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 2000.

CAVALHEIRO, A. **Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto: 1927-1929**. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, F. M. (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

ELLIS JUNIOR, A. **Populações paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade: Rio Preto**. São Paulo: Ed. Gráfica São José, 1975.

HEINZ, F. M. (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

O MUNICÍPIO. 1926-1930 (Vários números).

O PODER MODERADOR, n. 34, p. 3, 4 fev.1912.

O PORVIR. 1904-1908 (Vários números).

SAFADY, J. **Panorama da imigração árabe**. São Paulo: Ed. SAFADY, 1972.

SAFADY, Wadih. **Cenas e cenários dos caminhos de minha vida**. Belo Horizonte: 1966.

SÃO PAULO. **O Café**. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1915 - 1937-38.

SILVA, Henry M. M. **O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940**. 2009, 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – *Campus* de Franca, Franca, 2009.

SILVA, R. **Álbum da Comarca de Rio Preto: 1918-1919**. s/ed., 1919.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

Recebido em outubro de 2016.
Aprovado em janeiro de 2018.